

QUESTÕES OBJETIVAS

16- B 17- B 18- C 19- D 20- E

QUESTÕES DISCURSIVAS

1 a) Os dois textos apresentam uma visão **convergente** sobre o legado do passado colonial brasileiro, destacando a **permanência de uma estrutura social e econômica voltada para interesses externos**. O Texto 1 define o "sentido" da evolução brasileira como aquele dado pelo caráter inicial da colonização, que organizou a sociedade e a economia em função de um **"objetivo exterior"** (o mercado europeu), sem atenção aos interesses internos. Já o texto 2 reflete a mesma ideia de dependência ou incompletude, sugerindo que, apesar da independência, o país ainda não cumpriu seu "ideal", mantendo-se em uma **relação de subordinação** (metaforicamente, *"Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!"*).

b) **CONTINUIDADE**: Manutenção da estrutura agrária e escravista. Após a Independência (1822), o Brasil continuou baseado em uma economia de exportação (açúcar, café) voltada principalmente aos europeus, com forte dependência do trabalho escravo.

RUPTURA: Criação de um Estado Nacional Independente. A Independência instituiu um governo próprio, com Constituição (1824), Poder Moderador e instituições políticas autônomas, rompendo formalmente com a dominação portuguesa (fim do Pacto Colonial).

2 a) A principal diferença entre Império e República quanto ao papel da religião está na relação desta com o Estado. No **Império do Brasil**, o **Catolicismo era a religião oficial**, integrado ao governo pelos sistemas de Padroado e Beneplácito, que permitiam ao Imperador controlar decisões e nomeações da Igreja. Essa forte ligação tornou a Questão Religiosa um ponto central da crise política do período. Já com a **República (1891)**, instituiu-se o **Estado Laico**, separando completamente Igreja e Estado. A religião deixou de ser oficial e tornou-se assunto privado dos cidadãos, garantindo a liberdade de culto e criando o casamento e o registro civil, independentes dos ritos religiosos.

b) O aumento da população sem religião no Brasil, especialmente entre jovens, não reduziu a importância do tema religioso na política — apenas a transformou. Em vez de discutir a defesa de uma religião oficial, como no Império, o foco da República passou a ser o debate sobre a **laicidade do Estado**. Com mais pessoas sem filiação religiosa, propostas baseadas em preceitos religiosos ou que usem recursos públicos para fins religiosos são mais contestadas. Esse grupo crescente reforça a cobrança para que o Estado mantenha neutralidade e respeite direitos de todos, intensificando o debate político sobre a correta aplicação da separação entre Igreja e Estado.

